

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1

Observando os mineiros trabalharem, você percebe, por um breve instante, como são diferentes os universos habitados por diferentes pessoas. Os subterrâneos onde se escava o carvão são uma espécie de mundo à parte, e é fácil viver toda uma vida sem jamais ouvir falar dele. É provável que a maioria das pessoas até prefira não ouvir falar dele. E, contudo, esse mundo é a contraparte indispensável do nosso mundo da superfície. Praticamente tudo que fazemos, desde tomar um sorvete até atravessar o Atlântico, desde assar um filão de pão até escrever um romance, envolve usar carvão, direta ou indiretamente. Para todas as artes da paz, o carvão é necessário; e, se a guerra irrompe, é ainda mais necessário. Em épocas de revolução, o mineiro precisa continuar trabalhando, do contrário a revolução tem que parar, pois o carvão é essencial tanto para a revolta como para a reação. Seja lá o que for que aconteça na superfície, as pás e picaretas têm que continuar escavando sem trégua — ou fazendo uma pausa de algumas semanas, no máximo. Porém, de modo geral, não temos consciência disso; todos sabemos que “precisamos de carvão”, mas raramente, ou nunca, nos lembramos de tudo o que está envolvido no processo para se obter carvão.

Aqui estou eu escrevendo, sentado diante da minha confortável lareira a carvão. De quinze em quinze dias, a carroça de carvão para na porta e uns homens de blusão de couro trazem o carvão para dentro de casa em sacos robustos, cheirando a piche, e o despejam no depósito de carvão embaixo da escada. É só muito raramente, quando faço um esforço mental bem definido, que estabeleço a conexão entre esse carvão e o penoso trabalho realizado lá longe, nas minas. É apenas “carvão”, algo que eu preciso ter, uma coisa escura que chega misteriosamente, vinda de nenhum lugar em especial, como o maná, só que devemos pagar por ele.

Seria fácil atravessar de carro todo o norte da Inglaterra sem lembrar, nem uma só vez, que, dezenas de metros abaixo da estrada, os mineiros estão atacando o carvão com suas picaretas. E, contudo, são eles que estão fazendo seu carro andar. O mundo deles lá embaixo, iluminado por suas lâmpadas, é tão necessário para o mundo da superfície, da luz do dia, como a raiz é necessária para a flor.

George Orwell. *O caminho para Wigan Pier*. Trad. Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (com adaptações).

Em relação às ideias do texto CG1A1, julgue os itens que se seguem.

- 1 O texto contrapõe duas dimensões distintas: a subterrânea, caracterizada pelo trabalho árduo dos mineiros em meio à completa escuridão, e a da superfície, exposta à luz do dia.
- 2 Infere-se do texto que, em geral, as pessoas que não trabalham nas minas estão alienadas, de modo presumivelmente deliberado, do trabalho dos mineiros.
- 3 De acordo com o texto, o carvão é imprescindível porque as atividades humanas, em sua quase totalidade, dependem do uso desse material, sejam elas banais ou importantes, pacíficas ou perigosas.

Julgue os itens subsequentes, relativos a aspectos linguísticos do texto CG1A1.

- 4 No último período do texto, o termo “como” exprime noção de causa, ao introduzir uma oração que indica a razão pela qual o mundo subterrâneo é tão necessário ao mundo da superfície.
- 5 No texto, o vocábulo “irrompe” (sexto período do primeiro parágrafo) está empregado com o mesmo sentido de **desponta**.
- 6 No oitavo período do primeiro parágrafo, o emprego do subjuntivo em “aconteça”, que expressa uma hipótese, decorre do uso de “for”, também flexionado no subjuntivo.
- 7 No último período do primeiro parágrafo, a flexão da forma verbal “sabemos” na primeira pessoa do plural expressa um tipo de concordância ideológica, em que essa forma verbal concorda com um elemento implícito, no qual se inclui o próprio autor do texto.
- 8 No segmento “cheirando a piche” (segundo período do segundo parágrafo), o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” é opcional.
- 9 No trecho “É apenas ‘carvão’, algo que eu preciso ter, uma coisa escura que chega misteriosamente, vinda de nenhum lugar em especial” (último período do segundo parágrafo), as vírgulas empregadas separam elementos que exercem a mesma função sintática.
- 10 Feitos os devidos ajustes de iniciais maiúsculas e minúsculas, a correção gramatical e a coerência do terceiro período do segundo parágrafo seriam preservadas caso se suprimissem os vocábulos “É” e “que”.

For the first time, 2025 will see quantum computers leave labs and research institutions and actually deploy into the networks and data centers of real-world customers. For quantum computing companies, this will be a real test of steel.

It's one thing to have a groundbreaking, powerful quantum computer that only works on its very best day — when the lab conditions are perfect and when the team of PhDs operating it are at the top of their game. But the reality is that quantum computers need to work on their worst days too — in the real world, in real organizations. The quantum computing companies that land on top will be the ones that have built for this challenge since day one.

People tend to hear the words “quantum computing” and jump straight to science fiction or the multiverse. And while it seems daunting, we've actually reached a point where the “quantum” part of quantum computing is the easiest bit — it's the “computing” that is inherently complex. For those on the front lines of building powerful quantum computers, this means it's no longer a physics challenge — it's an engineering one.

Companies won't need to know the ins and outs of quantum computers in order to leverage its unprecedented power — they'll simply benefit from its ability to solve the problems that could never be solved on classical computers.

Internet: <thequantuminsider.com> (adapted).

Regarding the text, judge the following items.

- 11 In the first paragraph, the idiomatic expression “a real test of steel” conveys the idea of a major challenge ahead.
- 12 Perfecting the physics of quantum computing is the primary challenge for this new kind of computer.
- 13 The main goal of quantum computing is improving classical computing power to solve problems faster.
- 14 The success of quantum computing companies will depend on the ability of their team of scientists to deal with daily complaints from final users.
- 15 Users will not need to understand the inner workings of quantum computing to benefit from its power.

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais e da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 16 Ação para reparação de danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou, quando cabível, contra a pessoa jurídica privada prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima passiva o autor do ato danoso.
- 17 O direito de liberdade de informação não é absoluto e deve ser compatibilizado com o direito ao esquecimento, o qual é entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.
- 18 Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- 19 O agente de atos de improbidade administrativa se sujeitará às sanções administrativas de perda dos direitos políticos e da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- 20 Os vencimentos dos cargos dos Poderes Legislativo e Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Julgue os itens seguintes, a respeito da convalidação dos atos administrativos, do processo administrativo disciplinar no âmbito da Lei n.º 8.112/1990 e do processo administrativo conforme a Lei n.º 9.784/1999.

- 21 Os atos administrativos com defeitos sanáveis podem ser convalidados pela própria administração pública, mesmo que tal medida acarrete prejuízo a terceiros.
- 22 Nos processos administrativos, é necessário observar, entre outros critérios, o atendimento a fins de interesse geral, sendo vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei.

No que se refere à administração pública direta e indireta, à contratação direta e à delegação de serviços públicos, julgue os itens que se seguem.

- 23 A ANM integra a administração pública federal indireta, tem natureza jurídica de autarquia especial e vincula-se ao Ministério de Minas e Energia.
- 24 É dispensável a realização de licitação, quando inviável a competição, nos casos de aquisição de materiais ou equipamentos que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos.
- 25 Concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, por prazo determinado, feita pelo poder concedente a pessoa jurídica ou consórcio de empresas, ao passo que a permissão de serviço público é a delegação da prestação de serviços públicos, a título precário, feita pelo poder concedente a pessoa física ou jurídica.

Julgue os itens a seguir, referentes ao Microsoft Office 365, a redes de computadores, à segurança da informação e à inteligência artificial.

- 26 Aprendizado de máquina (*machine learning*) é o processo de treinar um modelo para identificar padrões e fazer previsões ou gerar novos conteúdos com base nas informações processadas.
- 27 No ambiente Microsoft Office 365, por padrão, ao tentar inserir conteúdo da Internet no PowerPoint, é necessário acessar Arquivo > Conta > Privacidade da Conta e marcar a opção Inserir imagens premium.
- 28 O uso do comando "site:melhoresdestinos.com.br "passagem promocional"" em uma pesquisa na Internet restringe os resultados da pesquisa ao site indicado, mostrando apenas conteúdos relacionados a passagens promocionais nesse site.
- 29 *Spyware* é um golpe em que criminosos se passam por organizações confiáveis para obter informações sensíveis, como senhas e dados bancários, por meio de *e-mails* ou sites falsos.
- 30 Ao utilizar o OneDrive, os arquivos são armazenados em nuvem, o que permite acesso remoto e sincronização entre dispositivos, como computadores, *tablets* e celulares.

Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto n.º 1.171/1994) e no Código de Ética da ANM (Instrução Normativa ANM n.º 18/2023), julgue os itens a seguir.

- 31** Conforme o Código de Ética da ANM, nos casos de violação ética de menor potencial ofensivo, caracterizadas pela ausência de dolo, admite-se que a Comissão de Ética oriente o servidor, verbalmente ou por escrito, no sentido de esclarecer as implicações de sua conduta no exercício de suas atividades.
- 32** Segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra à vida particular de cada servidor público, razão pela qual os fatos e atos verificados no cotidiano de sua vida privada não poderão influenciar o seu bom conceito na vida funcional.
- 33** O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal prevê, expressamente, que a advertência, a suspensão e a demissão são as penas aplicáveis pela comissão de ética ao servidor público, bem como exige que a sua fundamentação conste do respectivo parecer, assinado pelos seus integrantes, com ciência do faltoso.

De acordo com a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), julgue os próximos itens.

- 34** O tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado ou atividades de investigação e repressão de infrações penais se submete às disposições da LGPD, pois as normas gerais nela contidas são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.
- 35** Segundo a Lei de Acesso à Informação, para o acesso a informações de interesse público, o meio de identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação, bem como são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes do pedido de acesso à informação apresentado.

Em relação à regulação, às agências reguladoras, à liberdade econômica, à análise de impacto regulatório e à Estratégia Nacional de Melhoria Regulatória (Decreto n.º 12.150/2024), julgue os itens que se seguem.

- 36** O tempo e os recursos investidos no processo regulatório devem ser alocados conforme o custo unitário estimado da medida em análise, com foco em soluções que atendam às demandas da sociedade.
- 37** Em processos de privatização de serviços de utilidade pública, o Estado abdica de suas funções regulatórias, dando ensejo a processos de desregulamentação.
- 38** O Decreto n.º 10.411/2020 define os custos regulatórios e indica metodologias preferenciais para a realização de suas estimativas.
- 39** Sob um regime de regulação por incentivos, o regulador não está voltado a monitorar os custos incorridos no passado pela entidade regulada.
- 40** A lei que institui a declaração de direitos de liberdade econômica garante ao particular o direito de ser informado sobre o prazo máximo para análise de sua solicitação de ato público de liberação de atividade econômica; passado esse prazo, o silêncio da autoridade será interpretado como aprovação, exceto em casos específicos previstos em lei.

Com base na Lei n.º 13.575/2017 e no Decreto n.º 9.587/2018, julgue os itens a seguir.

- 41** Considere que a mineradora X, titular de outorga de concessão de lavra de mina exarada pelo ministro de Estado de Minas e Energia, pretenda ceder, onerosamente, a concessão do título minerário à mineradora Y, em virtude de dificuldades financeiras. Nessa situação hipotética, a ANM será responsável por conceder a anuência prévia para a cessão do título minerário.
- 42** Suponha que, após fiscalização realizada pela ANM e conclusão de processo administrativo sancionatório, tenha sido constatado que determinada empresa de mineração realizava lavra ilegal, tendo sido apreendidos os equipamentos e as substâncias minerais dela provenientes. Nessa situação, é permitido à ANM, amparada em resolução aprovada por sua Diretoria Colegiada, celebrar termo de ajustamento de conduta com vistas a autorizar que a infratora promova a venda dos bens apreendidos e reverta integralmente o valor da venda à ANM.
- 43** A ANM é dirigida pela Diretoria Colegiada, composta por um diretor-geral e quatro diretores, cabendo ao diretor-geral designar, entre os demais integrantes, aquele que assumirá a Direção Geral nas hipóteses de vacância, ausências eventuais e impedimentos legais do diretor-geral.

De acordo com a Lei n.º 13.848/2019, julgue os itens seguintes.

- 44** O regimento interno da ANM deve dispor sobre a operacionalização da análise de impacto regulatório (AIR) em seu âmbito de atuação.
- 45** Ainda que entenda pela não edição de determinado ato normativo, a ANM deverá indicar os pressupostos de fato e de direito que determinam a sua decisão.

Considerando a proposição *P*: “Não prometo que você voltará, e, se voltar, não será o mesmo.”, julgue os itens seguintes, em relação a aspectos da lógica sentencial dessa proposição.

- 46** Se os valores lógicos das proposições “você voltará” e “você será o mesmo” forem verdade para ambas, então, nesse caso, a proposição *P* será falsa independentemente do valor lógico de qualquer outra proposição simples constituinte de *P*.
- 47** A tabela-verdade referente à proposição *P* possui mais de 15 linhas.
- 48** A proposição *P* é equivalente a “Não prometo que você voltará, e, se você for o mesmo, não voltará.”.

Em pesquisa realizada com 300 jovens de idade entre 15 e 29 anos, verificou-se que o número dos que estudam e trabalham é igual ao dos que não estudam e não trabalham; também, que o número dos que estudam é igual ao dos que trabalham.

Considerando essas informações, julgue os itens subsecutivos.

- 49** As informações apresentadas permitem inferir que o número dos jovens com idades entre 15 e 29 anos que estudam ou trabalham é maior que o dos que não estudam nem trabalham.
- 50** Selecionando-se ao acaso um dos jovens que participaram da pesquisa, a probabilidade de ele estudar é de 50%.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

A respeito da história dos arquivos e dos princípios que os fundamentam, julgue os itens que se seguem.

- 51** A organicidade se refere às relações dos documentos com o produtor do fundo de arquivo, configurando-se como um macroprincípio arquivístico.
- 52** O princípio da territorialidade foi concebido para minimizar contenciosos arquivísticos em que as partes envolvidas sejam necessariamente países.
- 53** A história dos arquivos demonstra que, desde as suas origens na Antiguidade, os arquivos têm funções jurídicas e históricas.
- 54** Enquanto, pelo princípio da proveniência, se reconhece o produtor do fundo, pelo princípio do respeito à ordem original, os documentos são organizados conforme as atividades das quais decorrem.

Considerando que os documentos de arquivo possuem características que os diferenciam dos documentos bibliográficos e museológicos, julgue os itens a seguir.

- 55** A autenticidade remete à criação, manutenção e custódia dos documentos em condições que preservem a sua integridade e o seu valor de prova.
- 56** A naturalidade diz respeito à produção de documentos em razão das atividades das pessoas e instituições, mas não abrange os documentos recebidos em decorrência das referidas atividades.
- 57** O inter-relacionamento se refere aos vínculos entre os documentos de fundos diferentes, quanto ao seu conteúdo.

Em relação ao gênero, à espécie e ao tipo documental, julgue os itens subsequentes.

- 58** O tipo documental arquivístico reúne a espécie e a função do documento, conforme a coleção da qual faz parte.
- 59** Documentos filmográficos e micrográficos são exemplos de espécie documental.
- 60** Cartas precatórias e cartas régias representam tipos documentais.

Acerca dos documentos arquivísticos digitais, julgue os próximos itens.

- 61** A gestão do ciclo de vida, a gestão do processo, o gerenciamento de classe e a preservação são representados por metadados de eventos.
- 62** O documento arquivístico físico é determinado pela organicidade do seu contexto de produção e acumulação, já o documento arquivístico digital, por sua vez, prescinde da organicidade, substituída pelo contexto tecnológico.

De acordo com a terminologia arquivística, julgue os itens subsequentes.

- 63** A aplicação do ciclo vital dos documentos, metáfora da vida biológica, implica a classificação dos documentos, conforme sua idade, em correntes (ativos), intermediários (semiativos) e permanentes (inativos), em relação ao valor primário pelos quais foram produzidos e acumulados.
- 64** Os arquivos especiais têm, como características comuns, a natureza, a função ou a atividade da entidade produtora.

Em relação ao protocolo e às suas atividades, julgue os itens seguintes.

- 65** No setor de protocolo, que pode ser físico ou digital, é realizado o controle dos documentos em tramitação, sua assegurando-se sua rápida localização.
- 66** O protocolo constitui-se de um conjunto de normas e procedimentos que possibilita o controle do fluxo documental, viabilizando a rápida recuperação e o acesso às informações.
- 67** O protocolo é o setor responsável pelas rotinas de arquivamento e empréstimo dos documentos recebidos e produzidos pela instituição.
- 68** O uso de mecanismos que permitam o controle da movimentação e a tramitação dos documentos é prescindível para o desempenho adequado de um setor de protocolo.
- 69** Na etapa de expedição, os documentos são distribuídos aos setores competentes da instituição.

Julgue os itens subsequentes, a respeito do processo de classificação e avaliação documental.

- 70** A avaliação documental consiste em definir os prazos pelos quais determinado documento permanecerá em cada fase — corrente, intermediária e permanente — e quando se dará sua posterior eliminação.
- 71** A classificação de documentos é uma atividade imprescindível na gestão documental, pois ela afeta diretamente o controle, o acesso e a preservação das informações.
- 72** Para a elaboração de um plano de classificação, devem-se estudar a estrutura administrativa e o funcionamento do órgão, realizar o levantamento da legislação acerca das atribuições do órgão e proceder à valoração dos documentos.
- 73** A classificação permite a recuperação do contexto original de produção dos documentos e ajuda na padronização da denominação dos documentos.
- 74** A avaliação documental é o processo de análise que permite identificar os valores dos documentos e, assim, realizar a definição de seus prazos de guarda e de sua destinação.
- 75** A tabela de temporalidade de documentos é um importante instrumento da gestão documental que consolida os estudos dos valores de cada tipo documental, e seu uso favorece a eliminação segura dos documentos desprovidos de valor.

Acerca da transferência, do recolhimento e da destinação final de documentos, julgue os itens que se seguem.

- 76** A transferência de documentos deve ser acompanhada por um instrumento descritivo que permita sua identificação e seu controle, e implica somente a passagem da custódia documental, permanecendo o vínculo de propriedade com a unidade produtora.
- 77** Para realizar o recolhimento de um documento, é imprescindível que este tenha aguardado, no arquivo intermediário, o seu prazo precaucional.
- 78** A destinação final dos documentos deve ser apresentada na elaboração do plano de classificação.

Em relação ao arquivo permanente, julgue os itens a seguir.

- 79** Nos arquivos permanentes, a descrição inclui a análise e a descrição dos documentos recolhidos a fim de torná-los disponíveis ao uso.
- 80** Os motivos que levam os documentos ao arquivo permanente são os valores de prova e os valores de informação, ou seja, os valores secundários.
- 81** Os arquivos permanentes podem ser organizados por fundos, assunto, ordem cronológica única, formatos, ou por suportes.

Acerca do arranjo de arquivos permanentes, julgue os itens subsequentes.

- 82** O arranjo pode ser de dois tipos: físico ou material, devendo os documentos ser organizados uns em relação aos outros.
- 83** A operação de arranjo resume-se à ordenação dos conjuntos documentais remanescentes das eliminações, definidas pelas tabelas de temporalidade.
- 84** A teoria de fundos, como embasamento metodológico do arranjo e da ordenação dos conjuntos documentais nos arquivos permanentes, consagrada universalmente, teve origem na Espanha.

No que se refere aos instrumentos de pesquisa, julgue os itens que se seguem.

- 85** O catálogo é o instrumento de pesquisa mais abrangente, que permite uma visão geral dos serviços do arquivo.
- 86** Os instrumentos de pesquisa são obras de referência que visam identificar, resumir e localizar, em variados graus e amplitudes, os documentos do arquivo permanente.

Em relação à descrição de documentos arquivísticos, julgue os próximos itens.

- 87** A norma ISAAR(CPF), complementar à ISAD(G), regula a descrição do produtor, fundamental para o contexto de produção dos documentos descritos.
- 88** Embora a descrição seja uma tarefa típica dos arquivos permanentes, ela também é feita nos arquivos intermediários.
- 89** Do processo de descrição de documentos resulta a elaboração de instrumentos de pesquisa que permitem a localização e a utilização da informação a ser encontrada.

A respeito das normas de descrição arquivística, julgue os itens subsequentes.

- 90** A normalização da descrição arquivística foi uma iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos e teve a norma ISAD(G) como um de seus produtos.
- 91** O marco teórico da norma ISAD(G) é a relação hierárquica, denominada estrutura multinível, que faz a descrição do particular para o geral.
- 92** A NOBRADE teve como objetivo adaptar as normas internacionais à realidade brasileira e consiste em uma tradução das normas ISAD(G) e ISAAR(CPF).

A respeito do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), julgue os itens a seguir.

- 93** O SIGAD tem por objeto o documento arquivístico e visa gerenciá-lo em todo o seu ciclo de vida, sendo capaz de realizar todas as operações técnicas da gestão arquivística, desde a produção até a destinação final do documento.
- 94** O SEI foi desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União juntamente com o Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, com vistas a garantir a autenticidade na comunicação oficial entre órgãos públicos, exclusivamente por meio digital, bem como garantir a assinatura digital de documentos.
- 95** No âmbito do projeto Processo Eletrônico Nacional, o comitê técnico do SEI é responsável por estabelecer as diretrizes estratégicas e as políticas para o uso e o desenvolvimento do sistema.

Acerca de questões relativas à digitalização de documentos no Brasil, julgue os itens subsecutivos, conforme a legislação vigente.

- 96** Em documentos arquivísticos digitais, a autenticidade é a qualidade de um documento ser autêntico e merecedor de aceitação, isto é, a característica de um documento ser o que diz ser e de estar livre de adulteração e corrupção. Já a fidedignidade é sinônimo de confiabilidade e se configura por ser a credibilidade de um documento arquivístico enquanto uma afirmação do fato.
- 97** Os padrões técnicos mínimos para digitalização de documentos textuais impressos, com ilustração, em preto e branco, são: resolução mínima de 300 dpi, cor na escala de cinza, texto/imagem no tipo original e arquivo no formato PDF.
- 98** A digitalização de documentos para acesso envolve a conversão de documentos físicos em formato digital, garantindo armazenamento e consulta em meio eletrônico. Assim, a digitalização para fins de acesso dispensa a manutenção de documentos em papel, pois o formato digital atende aos requisitos legais.

Em relação à certificação digital e assuntos correlatos, julgue os próximos itens.

- 99** No âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), foram criados os certificados digitais selo eletrônico em *software* (SE-S) e em *hardware* (SE-H), aplicações específicas em *software* (AE-S) e em *hardware* (AE-H) e foram extintos os certificados dos tipos A1 e A2 e os certificados de sigilo dos tipos S1, S2, S3 e S4.
- 100** A assinatura eletrônica avançada é admitida tanto para as hipóteses em que o conteúdo da interação não envolva informações protegidas por grau de sigilo e não ofereça risco direto de dano a bens, serviços e interesses do ente público, quanto nas hipóteses de interação com o ente público que, considerada a natureza da relação jurídica, exijam maior garantia quanto à autoria.
- 101** No Brasil, o uso da certificação digital é normatizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), que certifica a validade jurídica de documentos eletrônicos assinados digitalmente, sendo a criptografia simétrica empregada como base para a criação de assinaturas digitais com vistas a garantir seus objetivos.
- 102** Na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, as interações eletrônicas possuem os seguintes níveis mínimos para a assinatura eletrônica: simples, eletrônica avançada e eletrônica superior ou complexa.

Julgue os itens subsecutivos, no que se refere a repositórios arquivísticos digitais confiáveis e a políticas de preservação digital.

- 103** A elaboração de uma política de preservação digital de longo prazo deve abarcar estratégias para garantir a autenticidade e a acessibilidade contínua de documentos digitais, contudo não necessita considerar a obsolescência tecnológica, por conta da compatibilidade dos formatos contemporâneos.
- 104** Segundo os critérios internacionais, uma das diretrizes de um repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq) é a sua capacidade de implementar um sistema de armazenamento que permita a eliminação irreversível de documentos considerados obsoletos pelo gestor do repositório, mesmo sem autorização normativa.
- 105** Enquanto cadeia de custódia é caracterizada como a sucessão de entidades coletivas ou pessoas que tiveram posse, custódia e controle sobre os documentos desde sua produção, a cadeia de preservação é caracterizada como o conjunto de procedimentos e controles empregados no desenvolvimento das atividades de produção, manutenção, destinação e preservação dos documentos arquivísticos digitais e do seu registro.
- 106** Para assegurar sustentabilidade financeira, o RDC-Arq deve realizar revisões anuais de procedimentos econômicos, adotar práticas contábeis em conformidade com as normas legais e manter planejamento financeiro equilibrado.

Com base na legislação que dispõe acerca da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e no que diz respeito à digitalização de documentos públicos, julgue os itens a seguir.

- 107** Uma vez realizada a digitalização de seus documentos arquivísticos, as pessoas jurídicas de direito público interno devem realizar a avaliação de seus documentos, a fim de identificar os originais que podem ser descartados.
- 108** Para adotar os procedimentos de digitalização, no âmbito da aplicação regulamentada pelo Decreto n.º 10.278/2020, a instituição precisa, entre outros requisitos, ter instalado um serviço interno de digitalização.
- 109** Os registros civis de arquivos de entidades religiosas ficam identificados como de interesse público e social.
- 110** Os registros públicos originais, ainda que digitalizados, deverão ser preservados de acordo com o disposto na legislação pertinente.

Em relação à Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), julgue os itens que se seguem.

- 111** O código de referência, elemento de descrição arquivística, tem o objetivo de identificar a unidade de descrição e contém, obrigatoriamente, os códigos do país e da instituição custodiadora.
- 112** Na NOBRADE são considerados seis principais níveis de descrição arquivística: acervo da entidade custodiadora, fundo ou coleção, grupo, subgrupo, dossiê ou processo e item documental.
- 113** Além dos principais níveis de descrição arquivística, são admitidos níveis intermediários, entre os quais aquele referente ao acervo da subunidade custodiadora.

A respeito da regulamentação da eliminação de documentos feita por meio de resoluções do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), julgue os itens seguintes.

- 114** Os órgãos e entidades da administração pública deverão elaborar e publicar o termo de eliminação de documentos antes da efetiva eliminação de documentos arquivísticos.
- 115** A eliminação de documentos que não constarem da tabela de temporalidade e destinação de documentos poderá ocorrer somente após atualização da tabela pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD).
- 116** Uma vez aprovados o código de classificação, a tabela de temporalidade e a destinação de documentos de arquivo pela instituição arquivística na esfera de competência, a instituição pública detentora do acervo não precisará de nova autorização externa para eliminar os documentos que tenham tal destinação prevista na tabela.

Julgue os próximos itens, no que se refere às diretrizes do CONARQ para implementação de repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq).

- 117** Em relação à auditoria do RDC-Arq, tanto a autoavaliação quanto a certificação externa devem ser refeitas em período não superior a dois anos.
- 118** São três os conjuntos de requisitos para um repositório digital confiável. Entre aqueles relativos ao conjunto de gerenciamento de documentos digitais, estão a governança, funções e responsabilidades e transparência.
- 119** A preservação dos documentos arquivísticos digitais arquivados nas fases corrente, intermediária e permanente deve estar associada a um RDC-Arq.
- 120** Um RDC-Arq se destina a ser o ambiente de gestão de documentos.

Espaço livre